

CI nº 228/2021.

Navegantes/SC, 6 de dezembro de 2021.

Ao Sr. DITMAR ALFONSO ZIMATH

Secretário de Administração

Prefeitura de Navegantes/SC.

Assunto: URGENTE - ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 174/2020.

Prezado,

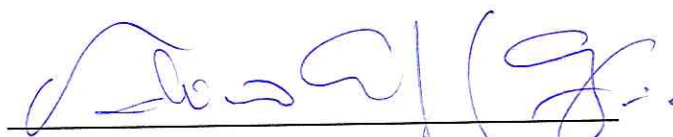
Cumprimentando-o cordialmente, vimos pela presente, reiterar o pedido de anulação da Concorrência nº 174/2020, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e ampliação de rede de água tratada, serviços de corte/religação, ligação de água, instalação, substituição de hidrômetros, geofonamento, recuperação de vias, instalação e manutenção de hidrantes (com fornecimento de materiais).

O pedido em questão já foi objeto das CIs nº 200 e nº 222 em anexo, e está fundamentado no Parecer Jurídico nº 84/2021, da Procuradoria Geral do Município, igualmente anexado.

Urge assim, requerer urgência no trâmite ora requerido, tendo em vista que a situação está sendo exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no processo @LC 21/00157218.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,



Valério Cesar Gonzaga de Campos

Secretário de Saneamento Básico



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



CI nº 222/2021.

Navegantes/SC, 1 de setembro de 2021.

Ao Sr. DITMAR ALFONSO ZIMATH

Secretário de Administração

Prefeitura de Navegantes/SC.

SESAN
CÓPIA

Assunto: Anulação da Concorrência nº 174/2020.



Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos pela presente, encaminhar o presente pleito para anulação da Concorrência nº 174/2020, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e ampliação de rede de água tratada, serviços de corte/religação, ligação de água, instalação, substituição de hidrômetros, geofonamento, recuperação de vias, instalação e manutenção de hidrantes (com fornecimento de materiais).

Este pedido está devidamente motivado na CI nº 200/2021/SESAN, e fundamentado no Parecer Jurídico nº 84/2021, da douta Procuradoria Geral do Município, ambos anexados.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Valério Cesar Gonzaga de Campos
Secretário de Saneamento Básico



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



CI nº 200/2021.

Navegantes, 11 de agosto de 2021.

A(o) Dr. Rodrigo Sabino Soares – Procurador Geral do Município, e

Dra. Raiza Blossfeld de Matos - Procuradora-Adjunta do Município.

Prefeitura de Navegantes/SC.

Assunto: Anulação da Concorrência nº 174/2020.

Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos pela presente, requerer a anulação da Concorrência nº 174/2020, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e ampliação de rede de água tratada, serviços de corte/religação, ligação de água, instalação, substituição de hidrômetros, geofonamento, recuperação de vias, instalação e manutenção de hidrantes (com fornecimento de materiais).

Tal pedido tem por base os apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado, que nos autos do processo nº @REP 21/00157218 emitiu decisão singular quanto ao edital 174/2020. Em resumo, o relator Herneus de Nadal ponderou pela manutenção da medida cautelar até a retificação do edital em questão, com a correção das irregularidades apontadas; ou ainda, para que promova a anulação do processo licitatório em curso, diante das irregularidades apontadas.

Além disso, os serviços objeto do certame vem sendo realizado através da Dispensa de Licitação nº 21/2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Por isso, é salutar a anulação do certame em andamento para que sejam então feitas as correções necessárias para a nova licitação, que, além daquelas apontadas junto ao TCE, pretendemos ainda dividir a antiga licitação em 3 distintas, visando a melhoria dos serviços prestados à comunidade e a otimização da fiscalização da empresa contratada.

Sendo assim, serão feitos 3 termos de referência com os seguintes escopos:

- Serviços de manutenção eletromecânica e operação dos sistemas e conjunto de moto bombas e boosters com potência de 0 a 150 cv, sendo esta composta por manutenções corretivas e preventivas;
- Serviços de manutenção e ampliação de rede de água tratada, com recuperação de vias e geofonamento para localização de vazamento oculto; e,
- Serviços comercial externo, como aferição, conserto de cavalete, substituição de hidrômetros, corte e religação de cavaletes, corte e religação de ramal predial, ligação de água e deslocamento de cavalete e ramal.

Feitas essas ponderações, requer a essa douta procuradoria a emissão de parecer e/ou orientação quanto ao pedido em questão, para que, em seguida, sejam tomadas as medidas de praxe junto a Secretaria de Administração.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Valério Cesar Gonzaga de Campos
Secretário de Saneamento Básico



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO N. 84/2021

Requerente: Secretaria Municipal de Saneamento Básico.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES
PÚBLICAS. ANULAÇÃO DO
PROCEDIMENTO ANTES DA
HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO.
POSSIBILIDADE. CONTRADITÓRIO E
AMPLA DEFESA. DISPENSÁVEL. MERA
EXPECTATIVA DE DIREITO.

Assunto: Trata-se de parecer jurídico acerca da possibilidade de anulação de procedimento licitatório impugnado perante o Tribunal de Contas antes das fases de homologação e adjudicação do objeto e da eventual necessidade de observar o contraditório e a ampla defesa dos licitantes.

RELATÓRIO

Em suma, a Administração municipal lançou a Concorrência n. 174/2020, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção e ampliação de rede de água tratada, corte/religação, ligação de água, instalação, substituição de hidrômetros, geofonamento, recuperação de vias, instalação e manutenção de hidrantes com fornecimento de materiais.

	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br</p>
---	--

Em análise do procedimento licitatório perante o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC) – Processo @LCC 21/00157218 –, a Diretoria de Controle de Licitações e Contratações (DLC) identificou as supostas irregularidades no instrumento convocatório:



1. Ausência de critérios objetivos para a comprovação de capacidade técnica dos quantitativos de serviços;
2. Proibição de participação de empresa em processo de recuperação judicial;
3. Projeto Básico e Orçamento inadequados para o objeto licitado;
4. Ausência de detalhamento do orçamento básico, com a composição de custos unitários.

Em decisão singular, posteriormente ratificada pelo plenário, o relator acolheu os fundamentos da diretoria técnica e determinou a sustação do certame na fase em que se encontra, até manifestação ulterior que revogue a medida *ex officio*, ou até a deliberação pelo Egrégio Tribunal Pleno.

Após comprovar a suspensão da licitação, a Secretaria Municipal de Saneamento Básico (SESAN) apresentou esclarecimentos.

Em nova manifestação, a DLC recomendou a revogação da medida liminar que determinou a sustação do certame, com base nas justificativas apresentadas pelo Município.

O Ministério Público de Contas, por sua vez, opinou pela manutenção da liminar e retificação dos seguintes pontos:





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio n° 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

- 1) limite a qualificação técnica às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, em atendimento ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I e no art. 30, § 1º, inciso I e § 3º do mesmo artigo da Lei Federal 8.666/93 (item 1 deste parecer);
- 2) permita a participação de empresas em recuperação judicial que comprovem sua aptidão econômica e financeira para participar do certame, em atendimento ao disposto no art. 47 da Lei 11.101/2005 e jurisprudências da Corte de Contas catarinense e do Tribunal de Contas da União (item 2 deste parecer);
- 3) altere o orçamento básico, em observância ao disposto no art. 6º, inciso IX, alínea "f" e art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8666/1993 e aos prejulgados 2009 e 810 do Tribunal de Contas catarinense (item 3 deste parecer).

Em nova decisão, o relator decidiu pela manutenção da medida cautelar de sustação do procedimento licitatório n. 174/2020, até comprovação de retificação do edital, em razão das supostas irregularidades já apontadas. Determinou, ainda, que a Administração municipal procedesse à reabertura do prazo para apresentação das propostas, após as retificações devidas.

Ainda, designou a notificação do secretário municipal de saneamento básico, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente justificativas, adote medidas corretivas necessárias ou promova a anulação do procedimento licitatório n. 174/2020. Por fim, novamente o plenário ratificou a deliberação da medida cautelar.

Os ofícios destinados à Secretaria de Gestão e Controle e Prefeitura Municipal foram recebidos em 18 de agosto de 2021 e o destinado à Secretaria de Saneamento Básico em 17 de agosto de 2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

Por fim, a SESAN encaminhou a CI n. 200/2021 solicitando análise jurídica sobre a possibilidade de anulação da Concorrência n. 174/2020, para correção das irregularidades identificadas e lançamento de novo edital, em especial diante da atual prestação do serviço por meio da dispensa n. 21/2021.

É o breve relato.

FUNDAMENTOS

Inicialmente cumpre informar que o poder-dever de revisar os atos administrativos independentemente de provocação decorre da autotutela que cerca a atuação da Administração Pública e é bem delineada pela súmula 473 do Supremo Tribunal Federal (STF).¹

No caso, a solicitação da Secretaria de Saneamento Básico se amolda à temática da anulação de atos administrativos, mormente em razão da necessidade de se corrigir os vícios identificados pelo Tribunal de Contas e reconhecidos pelo Município nas comunicações efetuadas nos autos do processo.

Entretanto, ressalta-se que o exercício da autotutela não é indiscriminado, especialmente quando gera efeitos favoráveis a terceiros, como é o caso de procedimentos licitatórios já em fase externa, em que se deve observar as consequências práticas do retorno

¹ A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

ao *status quo ante*, em atenção ao disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB):

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. Grifo nosso.

Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

Nesse sentido, também a Lei n. 8.666/93 prevê que a decisão de anulação ou revogação da licitação deve ser devidamente fundamentada:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;

Em outro trecho, destaca que a anulação do procedimento licitatório não gera obrigação de indenizar e deve ser precedida de parecer escrito e devidamente fundamentado:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei. Grifo nosso.

No caso concreto, a motivação da anulação foi expressa na CI n. 200/2021 encaminhada a esta Procuradoria Jurídica, em que a Secretaria de Saneamento Básico motiva a anulação pela a) necessidade de se adotar as correções apontadas pelo TCE/SC e b) intenção de dividir o objeto licitado em 3 (três) procedimentos distintos, no intuito de melhorar a prestação do serviço e otimizar a fiscalização das empresas contratadas.

Em atendimento às disposições da LINDB, observa-se que a necessidade da medida se manifesta em especial diante do trâmite indispensável para a elaboração de novo procedimento licitatório, incluindo eventuais impugnações e recursos, bem como para a assinatura de contrato antes do término da dispensa n. 21/2021, que se encerra em 5 de outubro de 2021, conforme dados do Portal da Transparência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

A adoção de providências com a máxima brevidade possível impõe-se em especial porque a Concorrência n. 174/2020, atualmente discutida no TCE/SC, teve o edital publicado em 11 de março de 2021, mas até o momento não foi concluída. Desse modo, é certo que os 2 (dois) meses restantes até o término do contrato podem não ser suficientes, motivo pelo qual não é infundado o receio da pasta de inexistir tempo hábil para aguardar a decisão final na corte de contas.

Quanto à adequação da medida, verifica-se que a impugnação da licitante diz respeito a critérios previstos no edital do certame, que é o primeiro ato da fase externa da licitação, de modo que a correção das irregularidades identificadas requer retorno à elaboração de novo edital, bem como atualização de informações já utilizadas, tais como os orçamentos apresentados.

Sendo assim, remanesce a análise quanto a eventual abertura de contraditório e ampla defesa para as empresas licitantes. Sobre isso, importante ressaltar que a impugnação do certame ocorreu antes da homologação final pela autoridade competente e antes mesmo da adjudicação do objeto.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), ao analisar a matéria, já concluiu ser dispensável o contraditório na anulação de licitação ainda não homologada e adjudicada:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA ILEGALIDADE DA ANULAÇÃO DO CERTAME. SEGURANÇA DENEGADA. INSURGÊNCIA DA IMPETRANTE. PREVISÃO EDITALÍCIA QUE POSSIBILITAVA EVENTUAL PROCEDIMENTO DE "ADESÃO CARONA" POR MUNICÍPIOS CONSORCIADOS. VEDAÇÃO. ART. 8º DA LEI N. 11.107/05. ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Página 7 de 9

Rua João Emílio n° 100 – Centro – CEP 88.375-000
Navegantes – SC – CEP 88375-000 – Telefone/fax (47) 3342-9500
CNPJ n° 83.102.855/0001-50



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio n° 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LICITATÓRIO ANTES DA RESPECTIVA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO, POSSIBILIDADE, EXEGESE DO ART. 49 DA LEI N. 8.666/93, DESNECESSIDADE DE CONTRADITÓRIO PRÉVIO, LICITANTE TITULAR DE MERA EXPECTATIVA DE DIREITO, PRECEDENTES DO STJ, RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.²

No caso, a dispensa do contraditório não ofenderia qualquer titularidade de direitos, em especial porque sequer houve a declaração do vencedor. Ademais, a urgência que demanda a anulação da Concorrência n. 174/2020 e o lançamento de novo edital também seria comprometida com a abertura de recursos, o que ao final pode acarretar em violação ao princípio da continuidade do serviço público.

Desse modo, verifica-se que a anulação do procedimento licitatório impugnado é tanto necessária quanto adequada, dispensando-se a realização de contraditório tendo em vista a inexistência de frustração a direito dos licitantes.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, é o parecer favorável à anulação da Concorrência n. 174/2020, por ato devidamente fundamentado pelo secretário da pasta, e com a respectiva publicação em diário oficial. Ademais, o edital do novo procedimento licitatório deve conter as retificações apontadas pelo Tribunal de Contas, nos autos do processo @ LCC 21/00157218.

² (TJ-SC - APL: 50072394320198240039 Tribunal de Justiça de Santa Catarina 5007239-43.2019.8.24.0039, Relator: Vera Lúcia Ferreira Copetti, Data de Julgamento: 11/02/2021, Quarta Câmara de Direito Público)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

Insta ressaltar, por oportuno, que a análise quanto à viabilidade jurídica de anulação do procedimento licitatório não substitui decisão a ser tomada pela Secretaria de Saneamento Básico, mormente em razão de ser o presente parecer meramente recomendatório e tomar como base informações prestadas pelo setor técnico competente.

Ademais, reforçamos que o presente instrumento não dispensa a necessidade de parecer jurídico com relação ao novo procedimento licitatório a ser instaurado em substituição à Concorrência n. 174/2020.

Requer-se ainda que a decisão publicada seja encaminhada a esta Procuradoria, para fins de protocolo junto ao TCE/SC.

Sendo o que tínhamos para informar no momento, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos e renovamos os votos de estima e apreço.

Navegantes, 31 de agosto de 2021.


RODRIGO SABINO SOARES

Procurador-Geral do Município


RAIZA BLOSELD DE MATOS

Procuradora-Adjunta do Município

